



Revista Encontros Baobá

GÊNERO E SAÚDE NO SUS: RELATO DE EXPERIÊNCIA COM TRABALHADORAS SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO E ENFRENTAMENTO DAS VIOLENCIAS

GENDER AND HEALTH IN THE BRAZILIAN PUBLIC HEALTH SYSTEM (SUS): AN EXPERIENCE REPORT WITH FEMALE WORKERS ON GENDER IDENTITY AND COPING WITH VIOLENCE

GÉNERO Y SALUD EN EL SISTEMA PÚBLICO DE SALUD BRASILEÑO (SUS): UN INFORME DE EXPERIENCIA CON TRABAJADORAS SOBRE IDENTIDAD DE GÉNERO Y AFRONTAMIENTO DE LA VIOLENCIA

Diva Nilda Cunha Sales¹
Antonia Raquel da Silva Rocha²
Thais Lima de Castro³
Stella Maia Barbosa⁴

RESUMO

O reconhecimento e o respeito às diversidades de gênero permanecem como desafios essenciais para a efetivação da equidade no Sistema Único de Saúde (SUS), apesar dos avanços sociais recentes. A persistência de concepções baseadas no binarismo biológico

¹ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Redenção, Ceará, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-2558-1251>. E-mail: divafarma@aluno.unilab.edu.br

² Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Redenção, Ceará, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-3292-9378>. E-mail: raquelrocha@aluno.unilab.edu.br

³ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Redenção, Ceará, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-6582-6651>. E-mail: thaislimaa1@gmail.com

⁴ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Redenção, Ceará, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5571-7661>. E-mail: Stela.maia@unilab.edu.br

reforça práticas discriminatórias e produz invisibilidades que comprometem o acesso e o cuidado integral, especialmente para pessoas trans e outras identidades dissidentes. Diante desse contexto, este estudo apresenta uma revisão narrativa da literatura sobre gênero, identidade de gênero e sexualidade, articulada ao relato de uma experiência formativa realizada com trabalhadoras do SUS no município de Baturité (CE), vinculada ao Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde/UNILAB), entre 2024 e 2025. As ações, desenvolvidas por meio de rodas de conversa, palestras e estratégias participativas, fomentaram reflexão crítica, escuta qualificada e compartilhamento de vivências, contribuindo para práticas profissionais humanizadas e comprometidas com os direitos humanos. Os resultados evidenciam que processos formativos contínuos, fundamentados na educação popular e na articulação ensino-serviço, são fundamentais para qualificar o cuidado às populações vulnerabilizadas e enfrentar as violências de gênero no território. Conclui-se que iniciativas extensionistas como esta fortalecem o SUS na promoção da equidade, da justiça social e da valorização das diversidades humanas.

Palavras-chave: identidade de gênero; saúde; violências de gênero e sexualidade.

ABSTRACT

Recognition and respect for gender diversity remain essential challenges for achieving equity within Brazil's Unified Health System (SUS), despite recent social advances. The persistence of binary biological conceptions reinforces discriminatory practices and produces invisibilities that compromise access and comprehensive care, particularly for trans people and other gender-dissident identities. This study presents a narrative literature review on gender, gender identity, and sexuality, combined with an experience report from a training program conducted with female SUS workers in Baturité, Ceará, through the Education Program for Health Work (PET-Saúde/UNILAB), between 2024 and 2025. Activities, including discussion circles, lectures, and participatory strategies, promoted critical reflection, qualified listening, and exchange of experiences, contributing to more humanized professional practices aligned with human rights. Findings indicate that continuous educational processes grounded in popular education and teaching-service integration are essential for improving care for vulnerable populations and addressing gender-based violence in the territory. The study concludes that such extension initiatives strengthen SUS in promoting equity, social justice, and the valuing of human diversity.

Keywords: gender identity; health; gender-based violence and sexuality.

RESUMEN

El reconocimiento y el respeto a las diversidades de género continúan siendo desafíos cruciales para la garantía de la equidad en el Sistema Único de Salud de Brasil (SUS), a pesar de los avances sociales recientes. La persistencia de concepciones basadas en el binarismo biológico refuerza prácticas discriminatorias y genera invisibilidades que afectan el acceso y la atención integral, especialmente para personas trans y otras identidades disidentes. Este estudio presenta una revisión narrativa de la literatura sobre género, identidad de género y sexualidad, articulada al relato de una experiencia formativa realizada con trabajadoras del SUS en el municipio de Baturité (CE), dentro del Programa

de Educación por el Trabajo para la Salud (PET-Saúde/UNILAB), entre 2024 y 2025. Las actividades, desarrolladas mediante círculos de diálogo, conferencias y estrategias participativas, promovieron reflexión crítica, escucha cualificada e intercambio de experiencias, favoreciendo prácticas profesionales humanizadas y comprometidas con los derechos humanos. Los resultados muestran que los procesos formativos continuos, basados en la educación popular y en la articulación enseñanza-servicio, son fundamentales para mejorar la atención a poblaciones vulnerabilizadas y enfrentar las violencias de género en el territorio. Se concluye que iniciativas extensionistas como esta fortalecen el SUS en la promoción de la equidad, la justicia social y la valoración de la diversidad humana.

Palabras clave: identidad de género; salud; violencias de género y sexualidad.

INTRODUÇÃO

Apesar dos avanços sociais conquistados nas últimas décadas, ainda persistem desafios significativos relacionados ao reconhecimento e ao respeito às diversidades de gênero e às identidades de gênero. A falta de compreensão acerca dessas questões, associada à reprodução de normas sociais baseadas em um modelo binário e biológico (homem/mulher), contribui para a perpetuação de diferentes formas de violência, sejam elas físicas, psicológicas, simbólicas ou institucionais.

No campo da saúde, tais limitações tornam-se especialmente preocupantes, uma vez que os serviços devem constituir-se como espaços de acolhimento e cuidado integral. A ausência de preparo dos profissionais para lidar com demandas relacionadas à diversidade de gênero reforça invisibilidades, dificulta o acesso e compromete a garantia de direitos.

Diante desse contexto, torna-se fundamental promover ações educativas que abordem gênero, identidade de gênero e sexualidade de maneira crítica e reflexiva, a fim de fortalecer práticas profissionais mais humanizadas e alinhadas ao princípio da equidade. Assim, este estudo tem como objetivo apresentar uma revisão narrativa da literatura sobre esses conceitos e relatar uma experiência formativa desenvolvida com trabalhadoras do Sistema Único de Saúde (SUS), no município de Baturité (CE), no âmbito do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

A experiência foi conduzida por grupos tutoriais compostos por docentes, profissionais da rede municipal e estudantes dos cursos de saúde, cujo foco é o fortalecimento das ações de equidade de gênero e o enfrentamento das violências no território. Antes da descrição das atividades realizadas, apresenta-se a seguir uma breve discussão conceitual

sobre gênero, identidade de gênero e sexualidade, a fim de subsidiar a compreensão teórica que orienta a proposta extensionista.

Para compreender a experiência aqui relatada, é necessário diferenciar os conceitos de gênero, identidade de gênero e sexualidade, uma vez que são frequentemente utilizados de forma equivocada no senso comum.

Tradicionalmente, a discussão sobre gênero esteve vinculada a uma perspectiva estritamente biológica, a partir da qual se reconheciam apenas dois sexos — feminino e masculino — e, consequentemente, apenas duas formas possíveis de expressão de gênero (Tílio, 2014). No entanto, os estudos contemporâneos superam essa compreensão reducionista ao reconhecerem que o gênero não se restringe ao dado biológico, mas constitui-se como uma construção histórica, social e cultural (Gonçalves; Gonçalves, 2021, apud Piscitelli, 2009). Assim, o gênero envolve expectativas, papéis sociais, formas de expressão e modos de pertencimento que são aprendidos ao longo da vida.

A partir desse entendimento ampliado de gênero, torna-se possível compreender o conceito de identidade de gênero, que diz respeito ao modo como cada pessoa se reconhece e se identifica enquanto pertencente a determinado gênero, podendo corresponder (pessoa cisgênero) ou não (pessoa transgênero) ao sexo atribuído no nascimento (Louro, 2000). Trata-se, portanto, de uma dimensão subjetiva e existencial, ligada ao sentimento de pertencimento e à autodefinição.

Já a sexualidade, por sua vez, refere-se ao campo dos afetos, desejos, orientações e práticas sexuais, que podem ou não se relacionar com relações corporais e afetivas com outras pessoas. Segundo Louro (1997), a sexualidade é construída ao longo da vida por meio de discursos, símbolos, experiências e relações sociais, não devendo ser confundida com identidade de gênero, embora ambos os conceitos estejam articulados na constituição dos sujeitos.

A partir desse arcabouço conceitual, torna-se possível compreender a relevância de relatar práticas que articulam teoria e vivência nos serviços de saúde, sobretudo quando voltadas à promoção da equidade e ao enfrentamento das violências de gênero no âmbito do SUS. Assim, este trabalho caracteriza-se como um relato de experiência, ao descrever a atuação extensionista desenvolvida junto a trabalhadoras do SUS, evidenciando o processo formativo, as estratégias adotadas e os impactos percebidos na prática profissional.

Trata-se de um estudo de natureza descritiva, do tipo relato de experiência, desenvolvido a partir de ações extensionistas realizadas no território. Optou-se por esse formato metodológico por permitir a sistematização de vivências que emergem do cotidiano

dos serviços de saúde, valorizando o processo formativo e a práxis como fonte de produção de conhecimento. Assim, o relato busca não apenas descrever as atividades realizadas, mas refletir criticamente sobre sua relevância pedagógica, social e profissional, destacando o papel da educação em saúde na promoção da equidade de gênero.

DESENVOLVIMENTO

O presente estudo configura-se como um relato de experiência com abordagem descritiva, fundamentado nas ações educativas desenvolvidas com trabalhadoras do Sistema Único de Saúde (SUS) pelo grupo tutorial GT2 do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) da UNILAB. As atividades foram realizadas em Unidades Básicas de Saúde (UBSs) do município de Baturité (CE), com enfoque formativo, extensionista e integrador, promovendo a articulação entre ensino e serviço.

A experiência foi desenvolvida entre os meses de 2024 e 2025, envolvendo planejamento, execução e as etapas contemplaram: (1) levantamento situacional e definição da temática; (2) construção coletiva das estratégias educativas; (3) realização das atividades com as trabalhadoras do SUS; e (4) reflexão crítica sobre os impactos observados no contexto local.

Paralelamente ao registro da experiência, foi realizada uma revisão narrativa da literatura, com o objetivo de embasar teoricamente as discussões sobre gênero, identidade de gênero, sexualidade e violências associadas. A busca foi realizada nas bases de dados PubMed, SciELO e Google Acadêmico, utilizando os descritores cadastrados no DeCS: “Identidade de gênero”, “Saúde de gênero”, “Violências de gênero” e “Sexualidade”. Foram incluídos artigos completos, disponíveis gratuitamente e publicados em português, inglês ou espanhol, entre 1997 e 2025. Excluíram-se estudos que não abordassem a relação entre gênero, saúde e violências.

A análise da experiência ocorreu de forma reflexiva e descritiva, buscando evidenciar os sentidos pedagógicos, sociais e profissionais decorrentes das ações, articulando-as aos conceitos teóricos encontrados na literatura científica.

A apresentação dos resultados a seguir não se limita ao relato cronológico das atividades realizadas, mas busca evidenciar os efeitos qualitativos da experiência, especialmente no que se refere à participação das trabalhadoras, às reflexões produzidas no processo formativo e às percepções observadas durante o desenvolvimento das ações. Dessa forma, os resultados são articulados à literatura científica, permitindo interpretar os achados à

luz do debate sobre equidade de gênero e saúde, o que fortalece o caráter formativo e reflexivo do estudo.

O PET-Saúde tem como finalidade desenvolver processos formativos e ações educativas que fortaleçam a integração entre ensino, serviço e comunidade. Na 11^a edição, cujo eixo é a equidade, o programa direciona esforços especialmente para a promoção da equidade de gênero, alinhando-se ao Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras e Trabalhadores no SUS. Dessa forma, contribui para o enfrentamento das violências de gênero e para a efetivação de práticas de cuidado orientadas pela justiça social e pelos direitos humanos.

As ações realizadas no âmbito do PET-Saúde tiveram como eixo central a formação em equidade de gênero e o enfrentamento das violências vivenciadas por mulheres e pessoas em situações de vulnerabilidade no contexto do SUS. Ao longo dos anos de 2024 e 2025, foram desenvolvidas atividades educativas voltadas às trabalhadoras de Unidades Básicas de Saúde (UBSs) do município de Baturité, promovendo espaços de diálogo, acolhimento e construção coletiva de saberes.

O planejamento das ações considerou inicialmente a necessidade de aproximar a temática de identidade de gênero da realidade cotidiana das profissionais da atenção básica, reconhecendo que as situações de discriminação, invisibilidade e violência atravessam o trabalho em saúde e impactam a qualidade do cuidado prestado à população. Assim, as atividades foram estruturadas de modo participativo, priorizando momentos de escuta, problematização e compartilhamento de vivências.

Desde o início, a equipe extensionista identificou a necessidade de compreender as percepções das profissionais sobre o tema. Muitas participantes mencionaram que nunca haviam recebido formação sistemática sobre gênero e diversidade no contexto do SUS, o que

evidencia lacunas históricas na capacitação continuada. Essa constatação dialoga com Curado e Jacó-Vilela (2021), que apontam que a produção científica e formativa sobre gênero no campo da psicologia, e por extensão nas áreas da saúde, ainda enfrenta desafios para romper com estruturas androcêntricas e cisheteronormativas presentes na formação e na prática profissional. A ausência de preparo adequado pode contribuir para a reprodução de práticas discriminatórias e para a manutenção de desigualdades institucionais.

Entre as principais ações desenvolvidas, destacaram-se aquelas voltadas à conscientização sobre a violência contra a mulher, por meio de apresentações dialogadas, exposição de materiais educativos (slides, banners e folders) e realização de rodas de conversa. Esses encontros possibilitaram que as participantes expressassem dúvidas,

compartilhassem experiências pessoais e refletissem sobre o papel das profissionais de saúde no acolhimento e encaminhamento de situações de violência.

Durante esses encontros, observou-se elevado engajamento das trabalhadoras presentes, com média aproximada de 30 participantes por ação. Muitas se sentiram à vontade para relatar situações vivenciadas no ambiente de trabalho e em suas trajetórias pessoais, especialmente relacionadas à desigualdade de gênero, às formas de violência naturalizadas no cotidiano e aos desafios de acolher mulheres em situação de vulnerabilidade. Esses depoimentos espontâneos qualificaram a experiência, pois ampliaram o espaço de fala e fortaleceram o sentimento de apoio entre as participantes.

Outra atividade de destaque foi a palestra com a temática “A relevância da equidade de gênero, raça, etnias, deficiências e as violências enfrentadas no âmbito da saúde no contexto tecnológico atual”, conduzida por estudantes bolsistas do projeto e que contou com a participação de uma palestrante convidada — uma mulher trans, graduanda em Serviço Social e ativista LGBTQIA+. Sua fala possibilitou aprofundar a compreensão sobre as interseccionalidades que atravessam a temática de gênero e contribuiu para humanizar a discussão, unindo referencial teórico e vivências pessoais.

As rodas de conversa favoreceram a reflexão sobre como práticas e discursos cotidianos reproduzem estigmas e exclusões. As participantes relataram situações vivenciadas no território, citando casos em que mulheres trans foram deslegitimadas em sua identidade ou tratadas com desrespeito em unidades de saúde. Esses relatos dialogam com evidências apresentadas por Silva et al. (2022), que identificaram que mulheres trans são frequentemente alvo de discriminação e de violências múltiplas – físicas, psicológicas e simbólicas – incluindo nos serviços de saúde, onde ainda há reprodução de práticas binárias e pouca sensibilização profissional.

A presença da palestrante, aliada ao uso de recursos visuais e materiais educativos (slides, banners e folders), favoreceu a aproximação do público com o conteúdo. A estratégia metodológica adotada buscou tornar o momento dinâmico e acessível, incentivando perguntas, comentários e reflexões. Também foram apresentados dados estatísticos atualizados sobre violência de gênero e elementos da legislação vigente, o que ampliou o repertório informativo das participantes e reforçou o papel do SUS como rede de proteção. Faria, Gomes e Modena (2025), identificaram estratégias de enfrentamento de pessoas LGBTQIA+ fundamentadas em redes de apoio, afetividade e mobilização social diante de contextos de exclusão e hostilidade. A interação direta com a palestrante reforçou a potência

do reconhecimento das vivências e das vozes das próprias pessoas LGBTQIA+ como meio de formação crítica e humanizada.

Ao final das atividades, foi possível perceber que a experiência contribuiu não apenas para a transmissão de informações, mas para a sensibilização e fortalecimento da postura profissional das trabalhadoras diante de situações de violência e discriminação. A interação entre ensino e serviço mostrou-se fundamental para a construção de práticas mais humanizadas, fundamentadas na escuta qualificada e no reconhecimento das diferenças como dimensão do cuidado.

As ações permitiram, ainda, a reflexão sobre como fatores sociais, culturais e institucionais moldam percepções e práticas profissionais. De Tilio (2014) afirma que o conceito de gênero é objeto de disputas históricas e teóricas, marcado por diferentes perspectivas e pela tensão entre abordagens modernas e pós-modernas. Ao problematizar concepções reducionistas e naturalizadas, as trabalhadoras reconheceram que práticas discriminatórias podem ser reforçadas pela falta de preparo profissional e pela invisibilidade das demandas de grupos vulnerabilizados.

De acordo com a literatura, ações educativas que abordam gênero e identidade de gênero no contexto da saúde contribuem para a redução de estigmas e para o fortalecimento do acolhimento às populações em situação de vulnerabilidade, sobretudo no âmbito da Atenção Primária (Gonçalves; Gonçalves, 2021; Louro, 1997). Os achados desta experiência dialogam com essas evidências, ao demonstrar que a criação de espaços formativos participativos favorece o reconhecimento das desigualdades estruturais que atravessam a vida das mulheres e pessoas LGBTQIA+, ampliando a capacidade de intervenção ética e humanizada dos profissionais.

O reconhecimento de que gênero e identidade de gênero são categorias analíticas fundamentais para compreender desigualdades em saúde foi evidente ao longo das atividades. Luiz et al. (2021) destacam que tais marcadores compõem os determinantes estruturais da saúde e produzem efeitos concretos no acesso aos serviços, na garantia de direitos e na produção do cuidado. Assim, a experiência desenvolvida confirmou que processos educativos contínuos são imprescindíveis para fortalecer práticas profissionais alinhadas à equidade, ao cuidado humanizado e ao enfrentamento das discriminações institucionais.

O debate sobre preconceitos, práticas discriminatórias e violências simbólicas mostrou-se particularmente relevante no contexto da Atenção Primária, onde o vínculo e a escuta qualificada são essenciais para o cuidado. As profissionais reconheceram que lacunas formativas, barreiras institucionais e falta de diretrizes claras para o acolhimento de pessoas

LGBTQIA+ geram insegurança profissional e podem reforçar desigualdades. A produção acadêmica destaca que discursos anti gênero e normativas restritivas presentes na sociedade influenciam percepções e práticas no campo da saúde (Barzotto, 2021), reforçando a importância de fortalecer processos formativos e ações de educação permanente.

Além da sensibilização individual, observou-se que a participação nas atividades gerou mobilização coletiva, com algumas unidades iniciando discussões internas sobre aprimoramento de fluxos e práticas de acolhimento. Houve relatos de profissionais que passaram a solicitar novas capacitações e a planejar ações educativas para usuários e famílias. Essas iniciativas apontam para o potencial de continuidade e sustentabilidade do processo, em conformidade com a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, que destaca a aprendizagem no local de trabalho como estratégia de mudança de práticas.

Em síntese, os resultados revelam que as atividades extensionistas possibilitaram ampliar o conhecimento das trabalhadoras sobre equidade de gênero, direitos humanos e enfrentamento às violências, promovendo maior segurança para acolher e encaminhar casos de vulnerabilidade. A experiência reforça o papel da formação crítica no contexto dos serviços de saúde, contribuindo para práticas que valorizem a diversidade, reconheçam a dignidade humana e promovam o cuidado integral e equânime, reafirmando os princípios do SUS.

CONSIDERAÇÕES

As ações desenvolvidas no âmbito do PET-Saúde evidenciaram a relevância de promover espaços de educação permanente sobre gênero, identidade de gênero e violências no contexto dos serviços de saúde. A experiência demonstrou que a formação extensionista, quando articulada ao cotidiano das Unidades Básicas de Saúde, favorece a sensibilização das trabalhadoras, fortalece o vínculo entre ensino e serviço e contribui para a construção de práticas de cuidado mais humanizadas, inclusivas e socialmente comprometidas. A participação ativa das profissionais, as reflexões suscitadas e o reconhecimento das desigualdades estruturais presentes no cotidiano da saúde demonstram que a educação crítica constitui ferramenta estratégica para a transformação das práticas assistenciais.

Observou-se que o diálogo aberto e a abordagem participativa possibilitaram a troca de saberes, a reflexão crítica e o reconhecimento das situações de violência que atravessam o trabalho e a vida das profissionais e usuárias. A metodologia adotada — fundamentada na educação popular, na problematização e no compartilhamento de experiências — mostrou-se

potente para criar vínculos e favorecer a construção de sentidos coletivos. A presença de uma palestrante com vivência enquanto mulher trans enriqueceu o processo formativo, permitindo que a temática fosse tratada de forma concreta, contextualizada, afetiva e ancorada na experiência vivida pelos sujeitos que historicamente sofrem exclusões e violências.

A experiência permitiu identificar desafios importantes, como a necessidade de protocolos claros para o acolhimento de pessoas LGBTQIA+ e vítimas de violência, a ausência de formação sistemática sobre equidade de gênero e diversidade nas equipes e a urgência de apoio institucional e políticas locais para garantir continuidade e sustentabilidade das ações. Esses aspectos reforçam a compreensão de que a formação em saúde deve ser contínua, crítica e integrada às demandas e realidades do território, superando abordagens pontuais e fragmentadas.

Conclui-se que iniciativas como esta ampliam a capacidade das equipes de saúde em identificar, acolher e encaminhar situações de violação de direitos, reforçando o compromisso do SUS com a equidade, a justiça social e a proteção à vida. Recomenda-se a continuidade e expansão dessas práticas educativas, bem como sua incorporação como estratégia permanente nos territórios, fortalecendo a transformação progressiva das relações de gênero no campo da saúde e promovendo espaços institucionais mais acolhedores, justos e plurais.

Além disso, destaca-se que a construção de um cuidado equânime e humanizado demanda mudanças estruturais e culturais, incluindo o incentivo à pesquisa em gênero e saúde, o fortalecimento de políticas públicas, o engajamento de gestores e a promoção de ambientes de trabalho que valorizem a diversidade e combatam discriminações. A experiência também evidencia a importância da articulação entre universidade, serviço e comunidade como eixo estratégico para o desenvolvimento de saberes e práticas políticas inovadoras.

Por fim, reafirma-se que o desenvolvimento de ações educativas pautadas na escuta ativa, no respeito às identidades, na valorização das vivências e na perspectiva interseccional representa caminho fundamental para consolidar um SUS que reconheça a pluralidade das existências, garanta o cuidado digno e assegure o direito à saúde para todos. A continuidade dessas iniciativas pode contribuir significativamente para a formação de profissionais mais sensíveis às desigualdades de gênero e comprometidos com a defesa dos direitos humanos, fortalecendo o papel social do SUS como instrumento de democratização, inclusão e promoção da vida.

REFERÊNCIAS

- BARZOTTO, C. E. Ideologia de gênero: possibilidades de análise a partir de uma revisão de literatura. **Tear**, v. 10, n. 1, 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras e Trabalhadores no SUS**. Brasília: MS, 2023. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/>.
- CAMPOS, Luiza; BICALHO, Pedro. Educação permanente em saúde e equidade de gênero: desafios na formação de profissionais do SUS. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, 2023. DOI: 10.1590/Interface.2023.0047.
- CISNE, Mirla; SANTOS, Andressa N. Gênero, saúde e cuidado: reflexões interseccionais no campo da atenção básica. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 130, p. 1–12, 2021. DOI: 10.1590/0103-1104202113001.
- FARIA, M. A.; GOMES, M. C. A.; MODENA, C. M. Estratégias de enfrentamento diante das violências contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. **Cadernos de Saúde Coletiva**, v. 33, n. 1, 2025.
- GONÇALVES, Marlly C.; GONÇALVES, Josiane P. Gênero, identidade de gênero e orientação sexual: conceitos e determinações de um contexto social. **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, v. 14, n. 1, p. 1-16, 2021. DOI: 10.32813/2179-1120.2021.v14.n1.a600. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/600>. Acesso em: 25 jul. 2025.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- LUIZ, O. C. et al. Determinantes estruturais da saúde, raça, gênero e classe social: uma revisão de escopo. **Saúde e Sociedade**, v. 30, 2021.
- ONU MULHERES. **Violência de gênero e serviços de saúde: diretrizes para abordagem integrada**. 2022.
- SILVA, I. C. B. et al. A violência de gênero perpetrada contra mulheres trans. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, supl. 2, 2022.
- TÍLIO, Rafael de. Teorias de gênero: principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporâneas. **Revista Gênero**, Niterói, v. 14, n. 2, p. 125–148, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31486>. Acesso em: 25 jul. 202